

**ATA N.º 19/2019**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2019:**

No dia dezoito de setembro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e quatro minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

**A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:**

**PONTO 1** – Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal, estabelecimento de Medidas Preventivas e Alteração à Delimitação da Reserva Ecológica Nacional na Zona Industrial de Carrascas, Freguesia de Palmela

**PONTO 2** – Capela de São João Baptista (Palmela) – Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**DESPACHOS EMITIDOS PELO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

**No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional,** A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, no período compreendido entre 11.09.2019 e 17.09.2019.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

**No âmbito da Divisão de Administração Urbanística**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 09.09.2019 e 14.09.2019.

**CONTABILIDADE:**

**Pagamentos autorizados:**

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 11.09.2019 a 17.09.2019, no valor de 1.732.221,30 € (um milhão, setecentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e um euros e trinta cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

**TESOURARIA:**

**Balancete:**

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 17.09.2019, apresenta um saldo de 11.619.386,57 € (onze milhões, seiscentos e dezanove mil, trezentos e oitenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 10.412.368,64 € (dez milhões, quatrocentos e doze mil, trezentos e sessenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.207.017,93 € (um milhão, duzentos e sete mil, dezassete euros e noventa e três cêntimos).

**O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:**

. **Moção** (Preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.**

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** passa à leitura da moção que se transcreve:

. **Moção** (Preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas)

[A moção a seguir transcrita contempla a seguinte alteração, conforme discussão havida: onde se lê "(...) *Exigir o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuidade e alargamento da oferta em detrimento do transporte individual (...)*" deve ler-se: "(...) *Exigir o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua tendencial gratuidade e alargamento da oferta em detrimento do transporte individual (...)*". Acrescenta-se a palavra "tendencial"]

"Um dos grandes desafios que a humanidade enfrenta é o do combate às alterações climáticas. Com os efeitos das alterações climáticas a fazerem-se sentir cada vez mais, aumenta a consciencialização para a necessidade de se implementar medidas efetivas e urgentes, que travem as emissões de gases com efeito de estufa e promovam verdadeiras mudanças no atual paradigma socioeconómico.

As emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera são precisamente uma das mais visíveis causas da crise climática; mas não são a única. A delapidação da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, a sobreprodução de produtos não biodegradáveis são igualmente causas da destruição do ambiente e decorrem do modo de produção atual, baseado na exploração abusiva dos recursos e na produção de excedentes inalienáveis na natureza.

Está cada vez mais generalizado, em particular nos mais jovens, o sentimento de que é urgente adotar medidas para proteção da natureza e para recuperação do equilíbrio ambiental e ecológico.

O facto de serem muitos os fatores a influenciar as condições climáticas e a alterá-las faz com que enfrentá-los exija a adoção de políticas sérias e consistentes e a mobilização de recursos adequados.

Há que agir conscientemente pelo planeta e, neste contexto, a proteção dos seres vivos, bem como a responsabilidade ambiental e social, têm de estar acima da mercantilização e da procura do lucro.

Esta preocupação tem de estar presente também nas políticas de combate às ações climáticas. Ou seja, não se pode combater negócios causadores da destruição do ambiente com novos negócios que perpetuam o ciclo de sobreprodução de bens e delapidação de recursos naturais:

- É o caso da criação de mecanismos financeiros e especulativos, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões, em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera;
- É o caso da privatização de serviços essenciais, em áreas como a água ou os resíduos;

- É também o caso da produção de novos bens mais ecológicos, mas com os quais se procura obter tanto lucro que os mesmos ficam com preços que limitam o acesso à maior parte das pessoas;
- E é também o caso da opção por criar novas taxas e impostos ditos verdes, que penalizam as pessoas mais pobres, em vez da implementação de políticas públicas defensoras do ambiente.

A defesa do ambiente e o combate às alterações climáticas não podem servir para acentuar o fosso entre países pobres e países ricos nem entre pessoas pobres e pessoas ricas.

Com base neste princípio, alguns partidos, como o Partido Ecologista “Os Verdes”, têm lutado, na Assembleia da República e noutros fóruns, por medidas como o impedimento da privatização e do princípio da exploração e da gestão pública da água, na Lei Quadro da Água; a exigência da observância do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água; a revisão da Convenção de Albufeira (Convenção de Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas), nomeadamente de modo a assegurar caudais mínimos ecológicos; a defesa dos mares através de medidas de combate à poluição e defesa de formas de pesca mais amigas do ambiente e das comunidades piscatórias; a defesa do transporte público e, de forma particular, a luta por um investimento profundo no setor, na melhoria das infraestruturas, na modernização e eletrificação das linhas que ainda não o foram e na aquisição de material circulante, investimentos determinantes para garantir conforto, rapidez e segurança nas viagens de comboio; a defesa pela preservação da biodiversidade e conservação da natureza e em prol do bem-estar animal; ou o aumento da relevância a dar aos crimes e contraordenações ambientais como destruição do nosso património coletivo e conflituante com o interesse público, mas também, e sobretudo, no imperativo de reforçar os meios de fiscalização e de inspeção ambiental em Portugal.

A defesa do ambiente e o combate às alterações climáticas são uma missão que não conhece fronteiras físicas nem institucionais, sendo necessário trabalhar a nível global e a nível local.

No município de Palmela, a estrutura biofísica de valorização e proteção ambiental (que inclui as zonas de reserva, rede natura 2000, parque natural, etc.) soma 212 km<sup>2</sup> – quase metade do território municipal.

O município tem pugnado por políticas de defesa de solos, promoção de atividades económicas tradicionais e sustentáveis, educação ambiental para conhecimento e proteção da fauna e flora locais; tem estudado e está a implementar novas medidas para promover melhores práticas na área dos resíduos e da limpeza urbana, bem como na manutenção de espaços verdes, incluindo a opção pelo abandono de herbicidas com glifosato; tem promovido políticas ativas de combate à 'coisificação' dos animais, ao abandono e pela proteção e cuidado no seio da comunidade; implementou a discriminação positiva nas taxas para as melhores soluções energéticas, tem vindo a substituir luminárias tradicionais por LED, quer nos edifícios quer na iluminação pública

e tem vindo a promover sistemas energeticamente eficientes na captação e distribuição de água. O município tem defendido intransigentemente a água pública, expandido redes de águas de abastecimento e de águas residuais e combatido as perdas e o desperdício de água; e tem promovido intensamente o uso de transportes públicos tendo aderido e investido, com a AML, nos novos passes municipais e metropolitanos a preços reduzidos que são uma das mais significativas medidas dos últimos anos, na área social mas também ambiental.

Estes são apenas alguns exemplos, sendo que, no domínio específico do combate às alterações climáticas, o município participa, com a área Metropolitana de Lisboa, na elaboração do PMAAC – Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, que visa diagnosticar profundamente e estabelecer medida de resposta aos novos desafios ambientais.

O contributo ativo que o município dá, com profunda consciência e sentido de dever face ao carácter emergente do problema, é uma parcela da ação mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama.

A proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico exigem a adoção de mais medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte da Administração Central.

Assim, reunida a 18 de setembro de 2019, a Câmara Municipal de Palmela delibera:

- Exigir a adoção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço das populações e do desenvolvimento nacional;
- Exigir o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público;
- Exigir o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua tendencial gratuidade e alargamento da oferta em detrimento do transporte individual;
- Exigir o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis;
- Exigir a salvaguarda e manutenção na esfera pública de bens e serviços essenciais como água, saneamento e resíduos;
- Exigir a defesa da produção local;
- Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias, para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.

Mais se propõe remeter a presente Moção a:

- Sua Excelência o Primeiro-Ministro;
- Sua Excelência o Ministro do Ambiente e Transição Energética;
- Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (11CAOTPL);
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Assembleia Municipal;

- Juntas de Freguesia;
- Assembleias de Freguesia;
- Órgãos da Comunicação Social.”

**Sobre a moção (Preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas) intervêm:**

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que a moção apresenta uma série de problemas que, naturalmente são problemas que preocupam todos e que na esfera de competências, enquanto vereadores e políticos, vão dando contributos, seja na Câmara Municipal ou nos demais órgãos de soberania, mas também no dia-a-dia, porque é muito importante o contributo individual que cada um dá. Contudo, esta moção tem uma perplexidade que o deixam em alerta, ou seja, em primeiro lugar fica sem perceber se é uma moção da maioria CDU, do município ou do PEV, porque só refere aqui o contributo que o partido dá e, portanto, é uma moção que, acima de tudo, começa por ser quase laudatória em relação ao trabalho do PEV. Refere que entende que o PEV nunca teve oportunidade de ir a eleições sozinho, porque não quis e não teve oportunidade de poder transmitir aquilo que tem feito pelo ambiente no país, escudando-se nestas questões. Portanto, deste ponto de vista, considera que a moção devia ter sido apresentada com o timbre do PEV ou não devia ter referência a nenhum partido político. Depois, sublinha que a moção tem alguns aspetos, nomeadamente a questão do transporte coletivo, a reciclagem, o uso da água e do saneamento, porém, considera que ainda, há muito por fazer no município de Palmela e também há muito por fazer no país. Refere que também há um aspeto que vai sendo abordado em vários momentos da moção e que depois fica claro na parte deliberativa, o facto, de exigir o desenvolvimento de alternativas energéticas no domínio público, que não tem nada a opor, pelo contrário, o reforço nos meios na defesa de uma verdadeira política da natureza, que além desta questão, considera que devia haver também um reforço dos meios de fiscalização, porque existem leis muito robustas, mas depois os organismos do Estado que tem competências na fiscalização, não têm capacidade para o fazer. Neste aspeto, salienta algumas situações que foram ocorrendo ao longo da sua vida profissional tem observado que, invariavelmente os institutos públicos, deste Governo e dos Governos anteriores, não têm meios para atuar e quando os senhores inspetores do ambiente, que deveriam ir a tribunal testemunhar da bondade do auto levantado, pedem para ser ouvidos por videoconferência, porque não têm dinheiro para o combustível para deslocação ao tribunal, facto que muitas vezes dificulta a produção de prova e que resulta que os prevaricadores sejam absolvidos da prática de determinadas contraordenações. Recorda outras situações, no tempo do Governo do Eng.º José Sócrates fez-se uma nova lei das contraordenações ambientais, com umas coimas elevadíssimas, porém percebeu-se que o próprio Estado estava a ser alvo dessas coimas elevadíssimas e isso fez com que o próprio Governo, que tinha feito essa proposta, passados dois anos, salvo erro, em 2008, tenha sido feita uma redução para metade do valor das coimas

e são estas incongruências que vão vivendo ao longo dos tempos. Depois, uma outra questão de caráter ideológico, a salvaguarda e manutenção da esfera pública dos bens e serviços essenciais, como água, saneamento e resíduos. Refere que, desejavelmente deveria ser a esfera pública a salvaguardar estes serviços, mas não significa que tenha de ser em exclusivo a esfera pública, ou seja, esta moção aponta para a exclusividade e no concelho existem exemplos, como a questão dos resíduos urbanos com a privatização da concessão da recolha dos resíduos e tratamento de resíduos urbanos, também aqui ao lado, têm um concelho vizinho, uma autarquia comunista, com o serviço de saneamento e de água concessionada a uma empresa privada. Portanto, existem exemplos destes pelo país fora. Também muito recentemente, o município de Mafra resgatou uma concessão de água e saneamento, porque entendeu que com os meios que dispunha, poderia prestar um melhor serviço pela autarquia, mas, lá está, o município conscientemente optou e resgatou com um avultado custo, mas foi uma opção política. Portanto, considera que devem sempre defender e garantir o abastecimento e tratamento da água, a recolha e o tratamento do saneamento e resíduos como um serviço público, um serviço que é prestado e que tem todas as características de um serviço essencial público, pois está em causa a defesa da saúde pública, o ambiente e o bem-estar dos cidadãos, mas não quer dizer que, para ser um serviço público seja apenas prestado pelas entidades públicas e, por isso, acha que ao encerrarem única e exclusivamente esta questão na esfera pública, podem estar a pôr em causa aquilo que todos querem, ou seja, a defesa do meio ambiente, a recolha, tratamento e distribuição de água adequadamente, a recolha, tratamento e rejeição das águas residuais e também dos resíduos urbanos. Portanto, desse ponto de vista, e votaria favoravelmente, desde que se alterasse no paragrafo onde se "exige a salvaguarda e manutenção na esfera pública", se colocasse, "exigir tendencialmente a salvaguarda e manutenção" e, portanto, é um pouco como diz a Constituição relativamente a outras questões, porque a lei que permite, a Constituição permite e considera que estar a fechar em excessivamente estes serviços na esfera pública, pode ser prejudicial para o bem público que é o que todos pretendem. Se aceitarem esta sugestão, votará favoravelmente, se assim não for aceite, irá abster-se, até porque não vê necessidade de votar contra, uma vez que há aqui matérias com as quais concorda, mas neste ponto, que é aquele que considera como sendo essencial para que tenham uma verdadeira proteção e defesa do ambiente que, sem dúvida, precisa de serviços públicos de privados e também de outros do denominado 3º setor que, no fundo, todos são necessários para a preservação do meio ambiente.

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que em relação a esta moção não tem muito para acrescentar, no entanto, na parte que refere "exigir o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua tendencial gratuitidade e alargamento da oferta em detrimento do transporte individual, chama a atenção de uma situação que o apraz e que não tem a certeza a 100% daquilo que vai dizer, porque não tem muita informação concreta, mas ao que parece os transportes urbanos de Pinhal Novo vão passar para a empresa

TST e questiona se isso não vai duplicar o valor do transporte. Refere ainda que teve informação que os valores iriam ascender a 1,40€ ou 1,50€ e atualmente esse transporte suburbano no Pinhal Novo está muito abaixo desse valor, por isso deixa aqui esta questão.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere 2 ou 3 aspetos que o PS considera importantes, ou seja, a determinado momento ficou sem perceber se a moção é do PEV ou da maioria do executivo CDU, porque tem por base alguns princípios que mais partidos políticos têm defendido e como tal não havia essa necessidade, contudo, salienta o trabalho que tem sido feito pelo PS, que tem contribuído muito com as suas opções e com o trabalho do Sr. Vereador Pedro Taleço a trabalhar nestas áreas, nomeadamente na área da eficiência energética. Refere ainda que a educação ambiental deveria ser um projeto mais intenso por parte das autarquias junto das escolas, porque hoje em dia todos sabem que as crianças são o principal motor de mudança de comportamentos nas famílias e, por isso, acha importante a referencia ao projeto da educação ambiental, desde muito cedo, nas creches e jardins-de-infância, porque é através dos mais novos que conseguem fazer, mais rapidamente, as mudanças e com maior consistência. Depois, refere um outro conjunto de aspetos que o PS considera importantes, ou seja, as mudanças dos glifosatos por ações mais amigas do ambiente, a questão da eficiência energética com mudança para as lâmpadas led, outras questões que teriam equacionado como prioritárias, mas em particular, no que está escrito na moção, refere que todos desejam a gratuidade do transporte público, contudo nem daqui a 50 anos Portugal terá uma economia que consubstancie tal situação e por isso, a última situação que em política devem tentar fazer, é vender ilusões de situações que não nunca vão ser possíveis, portanto, considera exagerado, mas concorda que é preciso um reforço do investimento no transporte público, que está a ser feito e que visa reforçar o transporte público com a compra de comboios e autocarros, e este esforço que está a ser feito, não se faz de um dia para o outro, mas está a ser feito e tem de ter continuidade, mas, considera a questão da gratuidade, uma questão extemporânea. Refere que também concorda com o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, quando sugeriu exigir tendencialmente a manutenção da esfera pública de bens e serviços essenciais como água, saneamento e resíduos, ou seja, o PS em relação à água e ao saneamento é mais pragmático, considerando que devem ser serviços prestados pelo sector público, contudo em relação aos resíduos, considera que poderá haver uma abertura. Porém, aquilo que interessa defender e está demonstrado que, muitas vezes, o sector público não consegue resolver, é defender a qualidade dos serviços e o bem-estar das populações, portanto, nessa perspetiva acha que a palavra "tendencial" não diz privatização, mas diz que pode ser, também necessário, a colaboração entre o público e o privado, que pode ser necessário uma cooperação entre o sector público e privado, em determinadas áreas que a determinada altura, a esfera pública pode não conseguir dar a resposta necessária, quer em quantidade, quer em qualidade e, portanto, a palavra "tendencial" poderia resolver esta questão. Refere que também acha que têm uma excelente legislação, como em muitos outros



casos e tal como referiu o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o problema nem sempre é da legislação, mas sim da aplicação da mesma, pois Portugal até é elogiado pela legislação que está aprovada, mas que depois, peca pela forma de como aplica essa mesma legislação. Em relação à defesa da produção local, o PS está totalmente de acordo, mas alerta que também há produções locais tradicionais que não são amigas do ambiente e também há práticas agrícolas locais que também não são boas para o ambiente, porque nem tudo o que é tradicional pode ser mantido segundo as novas regras e os novos conhecimentos que têm, por isso, considera que logicamente, deve ser salvaguardado o que é tradicional, desenvolver políticas agrícolas com base nos produtos locais, mas é necessário ter cuidado, porque não se pode fazer disto um dogma. Portanto, se a questão da gratuitidade dos transportes não for retirada, o PS também irá se abster na moção.

O **Sr. Presidente** refere que em relação à questão colocada sobre se a moção é da Câmara Municipal de Palmela ou do PEV, recorda que a maioria CDU, seja em que circunstância for, relativa ou absoluta, sempre teve a mesma postura e quando apresenta uma proposta em papel timbrado da Câmara, porque a deliberação será sempre da Câmara e a Câmara são todos os que foram eleitos, ao contrário de outros partidos políticos que para matérias específicas, querem ter, legitimamente, o seu símbolo e é feita essa divulgação. Nesta moção a referência ao PEV é feita porque, de facto, foram, durante muitos anos, silenciados nas suas propostas legislativas sobre estas matérias em detrimento de uma moda ambientalista que se verifica nos últimos anos e até do surgimento de novos movimentos políticos, cujo aparecimento quase que dá a sensação que foi com eles que estas questões do ambiente começaram, quando na realidade, há propostas destas desde os anos 90. Portanto, o PEV tem feito e muito bem, vincar posições desta natureza, um pouco por todo o país e acrescenta que têm recolhido a unanimidade, porque aquilo que aqui está explanado na moção, são grandes princípios de atuação que comprometem as populações, os municípios, os cidadãos, o país e a Europa, porque Europa olhando para isto, também praticamente, não tem nada a beliscar. Considera que devem vincar aqui, com alguma assertividade, as diferenças, ainda que julga estar a ser feita uma interpretação errada daquilo que vem referido na moção, nomeadamente, como a manutenção da esfera pública de bens e serviços, ou seja, a manutenção da esfera pública não significa que sejam as entidades públicas a fazer tudo, porque o transporte público, até a concessão que está a ser preparada, para o grande concurso público internacional em várias comunidades intermunicipais em várias áreas metropolitanas, é feito com o concurso e com a prestação de serviços de empresas privadas. Portanto, esta questão da esfera pública, de facto, é salientado porque as grandes linhas de atuação e as regras têm de ser definidas pelo Estado e têm de estar na esfera pública e não podem permitir e, nesta questão, nunca irão estar de acordo em situações como acontece com os sistemas multimunicipais, em que os governos anteriores e o atual, não têm tido coragem de fazer reverter esta situação, entregou a maioria do capital social, quando havia uma parceria pública, de 51% do grupo Águas de Portugal para

os resíduos na Amarsul. Atualmente, em termos exemplificativos, 9 autarcas dizem não querer estes novos contentores, preferindo um processo diferente de recolha, entre outras questões do género, mas como é uma empresa privada que tem 51% do capital social, entende fazer à sua maneira. Recorda que na Amarsul, em 3 anos sucessivos de resultados positivos, o que fizeram, foi propor a distribuição do capital, em vez de aumentar o investimento na recolha seletiva e agora, andam a fazê-lo à pressa, mal e com as repercussões para cima dos municípios e daí, esta questão da salvaguarda na esfera pública. Refere que o sector público trabalha com o privado, compra serviços, faz também a contratualização em obediência aos níveis de serviço público que têm de ser, mas defende que não podem permitir que as entidades privadas tenham a maioria do capital social nestas questões e a exigência destas medidas está relacionada com a boa oportunidade que o país tem atualmente, ou seja, numa altura em que se fala tanto de alterações climáticas, até numa lógica que nem concorda, pois a lógica europeia defende que deverá ser o poluidor a pagar ou a comprar, situação que convinha perceber o que está a ser já implementado e gizado a nível europeu e internacional, até entre grandes potências nestas matérias. Portanto, nesta moção, defende-se algumas linhas do Fundo de Ambiental e do PO-SEUR, que na realidade estão em contradição, ou seja, se por um lado incentiva-se o PAYT (sistemas pay-as-you-throw e recolha porta-a-porta), mas afinal ainda nem sequer podem concorrer, porque é experimental; depois exige-se os cinzeiros e o combate às beatas, mas, na regulamentação de algumas candidaturas nota-se, por um lado, o privilégio de grandes grupos económicos que são os únicos que podem concorrer a isto e os tais sistemas multimunicipais onde há empresas privadas com maioria do capital social e, as candidaturas para os municípios são praticamente inexistentes. Portanto, esta salvaguarda não está relacionada com uma estatização de todo o sistema, mas sim com o controlo público para comprar serviços a empresas privadas para prestação de serviço público. Considera que são os Srs. Vereadores a mistificar esta questão, porque não têm coragem para fazer muitas coisas, ao contrário do que muitos dizem, como voltar a ter os CTT na esfera pública. De facto, a formulação que está na moção não é nenhuma dicotomia entre público e privado, é ser o sector público a controlar a prestação do serviço privado e, o "tendencialmente" é uma outra questão, que até aconselha o Sr. Vereador Raul Cristovão a ler as declarações do Secretário-geral do PS, a propósito do aniversário do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente naquilo que o opõe a Rui Rio, relativamente às questões da Saúde, portanto, entre o discurso e a prática, nota-se um pouco de incómodo no PS. Portanto, a salvaguarda e manutenção da esfera pública destes bens essenciais, como a água, o saneamento e os resíduos, é fundamental, porque infelizmente, está a passar de um serviço público para se constituir um negócio.

O **Sr. Presidente** esclarece o Sr. Vereador José Calado que em relação ao transporte, em primeiro lugar o circuito urbano do Pinhal Novo não era uma concessão, mas um serviço que o município criou há anos, sem ser uma entidade de transportes e sem poder sê-lo, comprando serviços. Com o novo regime jurídico dos transportes, este serviço tem de entrar na concessão,

ou seja, todos os serviços que existem na Área Metropolitana de Lisboa e aqueles que querem que venha a existir, também têm de entrar na concessão do concurso público internacional e irão passar a ter as tarifas que existem na Área Metropolitana, relativamente ao bilhete no valor da tarifa mínima, passe gratuito para crianças até 12 anos, navegante metropolitano e navegante municipal, portanto, todos os transportes na área metropolitana entram neste esquema. A empresa TST, pressionada pelo município para fazer a carreira de ligação Bairro Alentejano, Quinta do Anjo a Palmela, a ligação Palmela, Estação de Palmela e Padre Nabeto, ou seja tudo aquilo que foi proposto para a concessão, percebeu a necessidade da autarquia e propôs uma alteração de uma carreira que tinha, para passar a fazer um circuito urbano, numa altura em que o município não podia continuar a fazer aquele serviço, nem a comprar este tipo de serviços porque a lei já não permite. Depois, foi feita a divulgação, embora alguns órgãos de comunicação não tenham divulgado a informação de forma correta, mas aquilo que está acordado entre o município e os TST, foi começar com um período de sensibilização, até porque estão na semana da mobilidade, de informação aos munícipes e depois, a área Metropolitana terá de aprovar, é um processo que está em fase de aprovação, porque esta alteração, é uma alteração a uma carreira já existente e entrará em circulação como outras no sistema.

Em relação ao “tendencialmente gratuito” nos transportes, refere que é uma opção de todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, porque enquanto o Estado Central se encolhe e não dá a garantia que depois das eleições haja um PAR, que é o tal plano de financiamento do Estado central para o sistema, os municípios vão acabar por pagar mais do que está planeado pagar este ano, porque se querem novas carreiras, mais quilómetros, mais autocarros eficientes e amigos do ambiente, naturalmente que vão ter de pagar mais. Por isso se defende o financiamento dos passes e o sistema, tendencialmente, comprovando-se a redução de um número substancial de carros a circular na Área Metropolitana de Lisboa por dia, que há poupanças ambientais entre outras questões, também vale a pena financiar o transporte público para que seja praticamente, tendencialmente gratuito, porque também partilha da opinião que tudo tem de ter um preço, mais que não seja para que as pessoas valorizem, contudo, é no sentido de, na tendência de, ou seja, no futuro até podem vir a ter algumas carreiras que, tendo o carácter eminentemente social e transporte escolar, que já é gratuito por via dos passes, já financiados e é esta a tendência, porque se isto não for mencionado, os operadores têm direito a fazer atualizações de preços de utilização e qualquer dia, os passes estão novamente caríssimos. Portanto, com esta modalidade, o que a Área Metropolitana de Lisboa quer e com isto, conseguiu unir autarcas de todas as áreas políticas, é que o transporte tenha cada vez mais, um custo reduzido, com melhores condições e que tenha mais gente a utilizar transportes públicos, para reduzir o impacto para reduzir as circulações pendulares em automóvel nos grandes centros urbanos.

Refere ainda que a razão pela qual chama à colação para algumas linhas de reflexão é, sobretudo, para desdramatizar, porque não existe aqui nenhuma dicotomia que lese qualquer

princípio, mas reitera que deverá ser o público, ou seja, o Estado Central e Local, a definir as regras para estas três áreas fundamentais, porque nesta salvaguarda, nem sequer está contemplada a questão do transporte. Acrescenta que a salvaguarda está presente na questão da água, saneamento e resíduos porque há cinco ou seis anos, houve quem fizesse o contrário, houve projetos para retirar e que ainda hoje, obrigam municípios que queiram fazer agregações, concorrer a alguns financiamentos, terão de ceder a baixa a uma entidade privada que fornece em alta na água e isso é uma subversão de uma competência que desde o 25 de Abril de 1974 é uma competência das autarquias, portanto, é por esta razão que estas 3 áreas têm de estar nas mãos do Estado. Abrir estas áreas ao sector privado é o mesmo que ceder à lógica do lucro e não é por acaso que sistemas que fizeram essa opção estão hoje a recuperar, de facto, Mafra é o mais falado, mas o que se passou em Barcelos e em outros sítios, onde ainda hoje, na Europa, por exemplo, em Paris que municipalizou a água, saneamento e resíduos. Já a Grã-Bretanha tem um grave problema com esta questão, com a entrega da gestão da água ao privado, nomeadamente na qualidade da água. Portanto, partilha este conhecimento que tem desta matéria, por via das responsabilidades que tem na Assembleia Intermunicipal da Água onde aquilo que procuram é que estas competências não saiam das mãos dos municípios, mas isso não significa que os municípios não possam comprar serviços. Por último, por causa da referência ao município de Setúbal, recorda o Sr. Vereador Paulo Ribeiro que tal aconteceu durante a governação do PS e também na altura em que o Eng.º José Sócrates era o Secretário de Estado do Ambiente, permitiu uma coisa inédita, ou seja, que houvesse duas concessões para o mesmo território, facto que obrigou à criação da Simarsul e manteve outra concessão exclusivamente em Setúbal para as Águas do Sado, com prejuízos para Setúbal, para Simarsul e para o novo sistema do qual agora todos dependem. Recorda que o célebre emissário de Setúbal que deveria ligar a Quinta da Asseca, a Baixa de Palmela, Miraventos, é um investimento que, desde 2010, ainda está à espera que se faça, que chegou a estar em Plano de Investimentos da Câmara Municipal de Palmela fazer a rede, mas acabou por não ser feito porque deixou de haver dinheiro, o município de Setúbal não estava a entrar no sistema, não é consumidor e a Simarsul, de facto, não tinha dinheiro para fazer esse investimento. Enfim, é importante partilhar estas informações para perceber o que está em causa, porque podem sempre comprar serviços a privados e existem privados a trabalhar para a autarquia, até porque uma parte do trabalho é contratado ao exterior, em pequenas empreitadas, em grandes empreitadas e, como tal, não há aqui uma caça ao privado, mas quem deve ter acesso aos financiamentos para a remodelação dos sistemas, para a melhoria dos sistemas, para ampliar a reciclagem, para melhorar a recolha seletiva de resíduos, para fazer a recolha porta-a-porta, são as entidades públicas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que parece que estão num mundo muito diferente daquele em que cresceu, e considera que estão a entregar aos mais jovens uma herança que não é nada benéfica, não sendo um pesadelo porque há possibilidades

de reversão, mas há sintomas de uma grande doença no planeta e na humanidade, sobretudo naqueles que governam, porque parece que não há governantes como havia noutros tempos, em que havia uma linha divisória que não se atravessava e a verdade é que, quando Donald Trump ao retirar os EUA do acordo de Paris em 2015, um acordo que foi difícil de alcançar, deu um salto negativo, porque acha que as alterações climáticas não existem e infelizmente é alguém que manda e que acaba por abrir portas a muitas situações complicadas. Também quando Mike Pompeo, o Secretário de Estado dos EUA, numa conferência em abril sobre as alterações climáticas, neste caso, relacionadas com o degelo no Ártico, desvaloriza e disse que "o Ártico se encontra na vanguarda de oportunidades e da abundância e, que as rotas marítimas do Ártico poderão tornar-se no Suez e nos canais no Panamá do século XXI", portanto, alguém que tem um poder infinito ou quase infinito, dizer isto é o que mais assusta. Também quando o Presidente da Nestlé defende há muito tempo, que a "água deve ser tratada como qualquer outro bem alimentício e ter um valor de mercado estabelecido pela lei da oferta e da procura", revela que quando existem pessoas a pensar assim, aquela linha divisória do bom senso que referiu, está a desaparecer. Com este tipo de atitudes, podem observar aquilo que aconteceu na Amazônia, que assustou todos, independentemente da ideologia política, foram 6947 km<sup>2</sup> de floresta desmatada, um aumento de 268%, que é demais, porque trata-se do pulmão do planeta. O que é que poderão dizer às futuras gerações, quando isto está a acontecer? Portanto, considera que todos têm responsabilidades sobre isto, porque estas matérias têm passado ao lado da atenção que realmente merece, porque é uma realidade verdadeiramente dramática, os plásticos estão a asfixiar os oceanos e isso é assustador, independentemente da ideologia partidária de cada um, por isso apela a que haja consensos nesta matéria, porque é um assunto muito sério e do qual ninguém sairá vencedor e, se alguém pensa que por ter forças armadas aeroespaciais, que defenda a utilização controlada de armamento nuclear, mesmo com danos colaterais sustentáveis para combater os furacões, enfim, isto mete medo, porque, de facto, assusta.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** considera que estão aqui todos com a mesma preocupação e nisso, não divergem porque todos aqui, são pessoas sérias, eticamente responsáveis e estão ao serviço do serviço público a defender todas as garantias de qualidade na prestação de serviços de bens essenciais. Refere que politicamente está contra a privatização da REN, porque considera ser um sector estratégico para o país e em relação aos CTT, preferencialmente gostaria que fosse o serviço público, porque demonstrou-se com a privatização que hoje, os mais desfavorecidos e que têm menos capacidade reivindicativa foram os mais prejudicados com essa privatização e, se calhar, 90% da população portuguesa, independentemente da sua ideologia, se encontra hoje a fazer essa análise. Da mesma forma, também considera, se houver condições na autarquia, se deva criar uma outra carreira que tenha uma parte social importante na acessibilidade, até pelas características do território de Palmela, a determinados serviços que as populações mais longínquas e com menor poder económico, possam vir à sede

de concelho para tratar dos seus assuntos e se quando a autarquia tiver condições, que começa a ter, para garantir alguma gratuitidade nesses circuitos, estão completamente de acordo.

O **Sr. Presidente** refere que trata-se de uma questão de natureza legal.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** reitera que o PS estaria completamente de acordo e até gostaria que fosse já hoje, bem como o Sr. Presidente e a restante vereação, mas não é isso que os divide. Portanto, aquilo que está a criar uma divisão é a linguagem, porque quando referiu "tendencialmente gratuito", parece que estão a dar às pessoas a esperança de que amanhã será gratuito e não vai ser assim. Refere ainda que, quando o Sr. Presidente refere que é possível, num futuro próximo, haver alguns circuitos internos no concelho que sejam gratuitos para as populações, todos concordam, porque acha que se trata de uma política social que aqui todos concordam. Aliás o PS não tem problemas em votar o corpo da moção, não concordando com umas pequenas partes da moção, nomeadamente na questão da gratuitidade aparentemente total, não porque não concorde, mas porque não reflete a realidade.

O **Sr. Presidente** refere que a ideia plasmada na moção e procurando ir ao encontro da preocupação dos Srs. Vereadores, estão disponíveis para introduzir na moção, no sentido da sua tendencial gratuitidade dos transportes, porque é essa a intenção da moção, ou seja, que se trata de uma questão progressiva.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que para que a moção possa parecer equilibrada e para garantir que não se recua.

O **Sr. Presidente** refere que a outra questão do público é respeitante ao controlo público dos sistemas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** concorda com essa questão e só diverge na questão dos resíduos e até acha que a palavra tendencial, nesta questão não fazia qualquer diferença. Portanto, o PS irá votar favoravelmente a moção, com a alteração da "tendencialmente gratuita".

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que em relação a algumas questões que foram levantadas, nomeadamente na cedência da proposta de alteração na "tendencialmente gratuita" é aceitável, mas continua a achar que a outra questão faz sentido, porque o Sr. Presidente vem lembrar, porque é que muitas vezes as coisas acontecem, é verdade que não foi o executivo da CDU, em Setúbal que decidiu a privatização ou a concessão a privados da água e do saneamento. Mas é verdade que o executivo da CDU já pôde desde 2001, reverter, e disso o melhor exemplo, é o município de Mafra que até foi com a mesma cor política que concessionou, agora avaliou e reverteu essa concessão a privados, portanto, mais condições tinha a CDU para fazer em Setúbal essa reversão e não o fizeram porque não há dinheiro. Aliás, sempre que a CDU fala do Grupo Águas de Portugal, sabe que desde o fim do Governo de José Sócrates, já o Governo tinha a intenção de privatizar parte das Águas de Portugal, de vender

diretamente à EDP parte do grupo Águas de Portugal que tem saneamento e a água e, na altura, tinha também o tratamento dos resíduos. É uma velha discussão, mas não deixa de referir que, quando o Governo anterior fez a concessão dos 51% do grupo que gere os resíduos sólidos à Amarsul, as autarquias não estavam impedidas de comprar, só não o quiseram fazer, porque só queriam comprar 1% que era o suficiente para mandarem.

O **Sr. Presidente** refere que isso não corresponde à verdade, até porque fizeram uma proposta em Assembleia Geral e foi recusada.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que apenas queriam comprar 1%, quando o que estava em causa era a falta de dinheiro e, por isso percebe o Sr. Vereador Raul Cristovão quando se referiu à REN e aos CTT. Aliás, acrescenta que quem colocou a privatização dos CTT e da REN “em cima da mesa” foi o governo PS, para receber os 78 milhões dos parceiros internacionais. Portanto, a razão disto é a falta de dinheiro, porque não se pode fechar as portas para algo que, efetivamente os une, que é a defesa e a preservação do ambiente e passar o ambiente para gerações futuras, com públicos, com privados, com todo o setor cooperativo e com todos os cidadãos, e aqui, parece que querem fechar demasiado a porta e, portanto, conscientemente vai abster-se, porque isto é mais uma vez, um dogma, porque até em regimes que apoiam, onde estava tudo nas mãos da esfera pública, incluindo as águas residuais, a água e os resíduos, esclareçam qual era o tratamento e a preservação do ambiente que esses regimes fizeram ao longo dos anos, quando tudo era público. Reitera que é, mais uma vez, um dogma e não se pode resolver estes problemas com dogmas, mas com medidas concretas e com ação.

O **Sr. Presidente** refere que em relação a uma questão que o Sr. Vereador Raul Cristovão colocou sobre a defesa da produção local, esclarece que não tem nada que ver com os exageros que se possa pensar, pelo contrário, se ler o texto, percebe que a defesa da produção local está do lado contrário da sobreprodução como acontece atualmente no Alentejo, nomeadamente com o olival e outras culturas intensivas que estão a prejudicar os níveis freáticos, das terras, do clima e do transporte, pois quando se consome localmente, evita-se a importação e transporte de produtos de algumas zonas para outras e é um caminho que as comunidades têm de começar a fazer.

Depois, relativamente ao município de Setúbal, esclarece que em todos os fóruns onde esteve, em Assembleias Gerais, inclusivamente da Simarsul, a posição do município de Setúbal não tinha de ser idêntica à posição do município de Mafra, porque no município de Mafra foi o município que decidiu privatizar ou concessionar e agora, foi a de recuperar a concessão, depois de ter notado o prejuízo que aquilo deu. Com o município de Setúbal, quem cometeu um erro que lesou o sistema multimunicipal foi o Estado português e aquilo que várias vezes o município de Setúbal reclamou e reclama, com o apoio de todos os municípios que integram o sistema da Simarsul é que seja o Estado português a indemnizar o mesmo grupo que detém também as Águas do Sado, porque foi o Estado português que criou uma dupla concessão.

Também não é justo dizer-se, como é que estavam o ambiente e o saneamento antes de haver estas parcerias com outros grupos, porque os municípios da península quiseram criar um sistema intermunicipal, para o lixo e para o saneamento, quando Palmela até era dos poucos municípios da península que já tinha 3 Estações de Tratamento de 1ª geração. Também no tempo do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, vem esta possibilidade da Europa para a criação de sistemas que, de facto, veio revolucionar o tratamento das águas residuais em vários pontos do país, mas teve uma imposição, só havia financiamento se o sistema fosse multimunicipal, com a maioria do estado Central e a minoria dos municípios, pelo que os municípios nunca foram os verdadeiros donos do sistema, para poderem fazer vincar as suas opções em termos de investimento. Para piorar, com a Simarsul, o Estado Central demitiu-se da sua responsabilidade, vendendo uma empresa rentável por meia dúzia de tostões ao Grupo Mota Engil, a Suma. Portanto, para além de ter sido um crime que lesa o interesse público, também não permitiu aos municípios comprarem os 2%, e é por isso que fazem questão de falar do controlo público, independentemente das modalidades contratualização do serviço público, porque só o controlo público é que pode ser escrutinado pelos cidadãos.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que em relação às afirmações do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, cita um excerto da revista Corrier internacional em que *“mais de metade do carbono acumulado na atmosfera foi emitido nas últimas 3 décadas, exatamente nos anos em que se seguiram, após termos tornado consciência de que aqueles gases são os principais responsáveis pelo aquecimento global”*, ou seja, coletivamente, fizeram mais mal ao planeta depois de saber que estavam a maltratar, do que durante séculos de desconhecimento e de ignorância e com isto, responde que tudo evoluiu e nesta evolução, recorda a intervenção que fez na semana passada, o apelo que fez à comunicação social escrita e que mais uma vez o faz, nomeadamente a nacional, naquilo que tem sido o seu papel formativo na importância de falar do tema das alterações climáticas e porque *“água mole em pedra dura, tanto dá até que fura”*, portanto, é muito importante falar dos temas, das causas e daquilo que nos dói e naquilo que tem de ser a mudança comportamental, como referiu muito bem o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, que esta responsabilidade não é só do Estado, é de todos, das entidades públicas e privadas e de cada um, individualmente. Portanto, a comunicação social escrita tem feito aqui um papel, de facto, de todas as semanas, realçar este tema e isso é importante para alertar as consciências, tal como aquilo que pediu na anterior reunião, falar sobre a causa do problema dos resíduos, porque é importante para formar e alterar comportamentos que são menos lícitos e, por isso deixa aqui um agradecimento público relativamente às questões que foram levantadas. Apesar do Sr. Presidente já ter respondido e muito bem, não pode deixar, como militante do PEV, de reiterar a questão da alusão ao PEV e o porquê dessa alusão ao trabalho do PEV nesta moção, porque obviamente sente e tem de reforçar que a lei permite que haja coligações para as eleições, coligações essas que se extinguem após o resultado eleitoral e o PEV tem um grupo parlamentar autónomo, com um vastíssimo trabalho na área daquilo que é a



ecologia, com propostas concretas apresentadas nos vários governos que têm passado pela Administração Central, umas acolhidas, mas muitas delas não acolhidas e, portanto, se há um silêncio da necessidade de evocar, não é por não ter concorrido ao autonomamente às eleições autárquicas, aliás, não é, pelo facto de ter concorrido em coligação porque em matéria daquilo que é a legislação que sai da Assembleia da República, as propostas do PEV têm sido pela comunicação social que, infelizmente e lamentavelmente silenciadas de forma imparcial. Aquilo que hoje é moda, porque a comunicação social, nomeadamente a escrita tem vindo a falar e bem, sobre aquilo que é um fenómeno das alterações climáticas e da importância do tema para todos mudarem de atitude, é necessário dizer também, à opinião pública, que há história neste país e que essa história comprovadamente, há muitas décadas é feita pelo PEV. Portanto, esta foi a oportunidade que teve, como eleita do PEV, trazer à colação que aquilo que é moda hoje, já é moda há muito tempo para o PEV e espera ter explicado o porquê da evocação do que tem sido prática na Assembleia da República, na ação do dia-a-dia junto das comunidades e da população portuguesa, da ação do PEV.

Quanto à expressão que tem vindo a ser utilizada, agradece ao PS por ter aludido que poderá votar favoravelmente, porque isto é uma questão de português, de facto, não estão aqui numa dicotomia entre o público e privado, o que está escrito é a esfera pública e na esfera pública, não significa em português que tenha de estar efetivamente, enquanto prestação de serviço, na mão da Administração Central ou Local, mas significa que são matérias tão estratégicas para a vida das populações, cujos ditames e as regras, não podem estar nas mãos de quem, objetivamente no topo da pirâmide tem o lucro e o mercantilismo. Considera que tem de ser o público a dizer quais são as regras e depois, obviamente, poderá ser o privado a executá-las e é tão claro quanto isto e o "tendencialmente" aqui, não fazia rigorosamente nada, muito pelo contrário, em termos de português, seria uma redundância, portanto, aquilo que aqui encerra, não são dogmas, mas são ideologias e convictamente como Verde e, pela responsabilidade e missão que tem em mão, enquanto eleita autárquica, aqui não pode abrir mão desta questão, pois é isto que defende para o país e para a comunidade local e disto não vai abdicar, que "as regras do jogo" sejam ditadas pela esfera pública e não pelo privado, porque, tal qual como na dicotomia entre o público e o privado, ninguém está a dizer que é mais bem feito de uma maneira ou de outra, mas é responsabilidade dos princípios que têm de ditar e têm aqui presente o exemplo da Amarsul que enquanto gerida única e exclusivamente por capitais públicos, todo o lucro que teve foi investido na empresa, para a melhoria do seu serviço numa maior e melhor prestação à população, mas nas mãos do privado aconteceu isto mesmo, lucros de anos e anos da gestão pública foram parar aos bolsos dos acionistas maioritários privados, porque, obviamente quem injeta dinheiro também quer de imediato ter lucro nos seus bolsos e, depois, é isto que acontece atualmente, a prestação do serviço neste momento, infelizmente, está pior, do que quando estava a única e exclusivamente na esfera pública. Portanto, mais vale tarde do que nunca, esclarecer que em questões de matéria climática é uma questão que

diz respeito a todos e ainda bem que frisou o exemplo dos EUA e acrescenta que o atual responsável político do Brasil, para quem as alterações climáticas é um mito, com o exemplo que deu em relação à floresta Amazónia, que foi algo estrondoso e, refere que a floresta Amazónia é essencial para a ordem e equilíbrio ambiental mundial, representando 10% da biomassa do planeta e ajuda a estabilizar o clima em todo o mundo, pelo que o que acontece na Amazónia diz respeito a Portugal e a todos, por isso deve-se ter uma voz ativa para dizer não, ao recuo das políticas ambientalistas levadas a cabo pelo Governo atual do Brasil e de outros países.

Aproveita para salientar que, segundo o Banco Mundial prevê-se 200 milhões de refugiados do clima em 2050, atualmente têm refugiados de guerra, mas vão ter uma outra coisa chamada refugiados do clima. A Organização Mundial de Saúde refere que, em 2090 irão ter 2 mil milhões de pessoas a respirar ar perigoso, o degelo da Gronelândia provocará um aumento de 6 metros no nível da água, ameaçando as cidades costeiras de todo o mundo, com inundações e grande parte dos recifes irão desaparecer, também com a progressão do fenómeno das alterações climáticas estima-se que tal aconteça, mesmo antes de 2050, como consequência da escassez de água ou dos incêndios florestais que não estão dissociados, pelo contrário, o fenómeno das alterações climáticas e o aquecimento global diz respeito a todos. Prevê-se ainda, que o aumento da temperatura nas cidades do Médio Oriente, do Sul da Ásia se tornarão letalmente quentes no Verão e isto prevê-se com grande probabilidade já em 2050.

Quanto à outra alusão por parte do Sr. Vereador Raul Cristóvão relativamente aos exemplos da Câmara Municipal, esclarece que naquilo que tem sido as suas políticas em termos de ambiente e ecologia, sem dúvida há mais para fazer, por isso é que também estão a dizer que esta matéria, dizendo respeito a todos, começa pelo exemplo que o Estado Central tem de dar e, daí a necessidade de pedir reforço dos meios para as autarquias fazerem mais e melhor, nomeadamente no campo da criminalização, cita Macron que referiu que deveria ser reconhecido o ecocídio como crime ambiental, do qual aproveita para evocar uma advogada escocesa, Polly Higgins recentemente falecida, que durante 15 anos lutou por esse reconhecimento, do ecocídio como crime à ecologia, para que este crime fosse reconhecido, tendo inclusivamente, formalizado um pedido junto da Comissão de Direito das Nações Unidas, mas sem sucesso, muitas são hoje as pessoas e organizações que lutam para que as legislações nacionais reconheçam o ecocídio como um crime ambiental.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que tem estado a ouvir as intervenções e, naturalmente porque não concorre às eleições legislativas está mais calmo, enquanto a restante vereação parece estar mais nervosa, porque se está a aproximar o ato eleitoral.

O **Sr. Presidente** refere que não concorre, mas vota e, ao contrário do que alguns dizem, não há ninguém apartidário.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que tem ouvido muitos comentários e salienta que também não aprecia o atual Presidente do Brasil nem o Presidente dos EUA, aliás, são pessoas que gostaria que não ocupassem os lugares que têm, mas, naturalmente também têm de ver porque quando estão a falar desses países, o que dizer, se calhar poderiam acrescentar a Rússia e a China, até porque a China em África desbasta tudo por onde passa, levando tudo a eito, completamente. Por isso, para ser sinceros e honestos quando falam destas matérias, têm de globalizar as pessoas nesta área e essa gente está toda mal nessa área, aliás, porque se sentem donos do mundo, que naturalmente têm poder para isso, fazem o que querem e os países mais pequenos, são aqueles que mais cumprem as regras, porque não têm potencial para fazer frente aos outros e cumprem os acordos. Portanto, é preciso abranger essas áreas todas e não ficarem apenas ligados àqueles que, realmente ouvem todos os dias nas notícias desagradáveis, enquanto outros, pela calada, vão também devastando o planeta.

O **Sr. Presidente** refere que, sem dúvida, todas as grandes potências em fase de desenvolvimento acelerado cometem vários atentados ambientais, mas há quem assine, se comprometa e tenha reduzido e assume metas para cumprir e melhorar o seu desempenho. Aqui, assumem metas para cumprir e têm a consciência que não fazem tudo, mas por isso assumem e contratualizam. Em relação à China, basta ver as novas cidades que estão a nascer, há nesta matéria, das preocupações de eficiência energética e de outras, neste momento, um avanço muito grande e também não será por acaso, que querem ser eles também os grandes fornecedores e grandes investidores dessas energias no resto do mundo.

**Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.**

#### **Informações / Assuntos diversos:**

● **“Eu Participo”** – O **Sr. Presidente** informa que está a decorrer o processo “Eu Participo”, na fase de seleção e votação das propostas mais suscitadas pelos municípios na fase de abril. As sessões estão a decorrer durante esta semana, já fizeram duas, esta noite irá decorrer na Marateca, amanhã em Pinhal Novo e na sexta-feira em Quinta do Anjo, sempre às 21 horas, nas sedes das Juntas de Freguesia e no caso de Marateca no Pavilhão Multiusos de Águas de Moura. Portanto, apela aos municípios, para além de aproveitarem a sessão para debater todas as questões que sejam de interesse para o município, têm oportunidade de preencher o inquérito, seja online, seja em papel e fazer a sua escolha até dia 1 de outubro.

● **Novas pavimentações** - O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o município lançou mais um concurso de repavimentação na estrada municipal 533, num troço com cerca de 500m, compreendido entre um dos últimos tapetes beneficiados anteriormente e a passagem sobre a

linha férrea. O concurso público tem um preço base que, acrescido de IVA, ascende a cerca de 88.000€. Entretanto, foi adjudicada a repavimentação do parque de estacionamento público junto à zona comercial da urbanização Mochos, em Pinhal Novo. Esta obra tem o valor de 9.964€ e começará em breve. Está também, a decorrer a empreitada de sinalização horizontal, adjudicada por cerca de 37.500, estando a ser priorizadas as passeadeiras junto a escolas.

• **Projeto “Aprender a Nadar” ano letivo 2019/2020 – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o Projeto “Aprender a Nadar” regressa às escolas no próximo dia 1 de outubro, dando início ao primeiro dos três cursos que serão realizados no presente ano letivo. Sabendo que a natação assume particular importância no desenvolvimento global da criança, na aquisição de destrezas motoras, hábitos e atitudes indispensáveis para uma vida ativa e saudável, a autarquia continua a assumir o projeto “Aprender a Nadar”, como fundamental na igualdade de oportunidades, quer na aprendizagem desta prática desportiva, quer no cumprimento do programa da Expressão Físico-Motora do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Desenvolvido em estreita articulação com a Palmela Desporto, E.M. e os três Agrupamentos de Escolas do Concelho, o Aprender a Nadar, este ano alargado ao 2º ano de escolaridade, contará com a participação de 1515 alunos dos 2º, 3º e 4º anos de escolaridade. O 1.º curso, a iniciar brevemente, terá a participação de 525 alunos (24 turmas), de 12 escolas dos 3 agrupamentos de escolas do concelho. Realça ainda que a Simone Fragoso mantém-se como madrinha do “Aprender a Nadar”.

• **Visita à Escola Secundária de Palmela – O Sr. Vereador Adilo Costa** dá nota de uma reunião que também o Sr. Presidente esteve presente na Escola Secundária de Palmela, no dia 16 de setembro. É uma escola que tem 1150 alunos, para conhecer, no local, não só os problemas da escola, mas também os projetos para o novo ano letivo. Nesta visita, foram recebidos e acompanhados pela Diretora, a Prof.ª Isabel Ramada e pelo Presidente do Conselho Geral, o Prof. João Ribeiro, e sobressaiu o mau estado de conservação do exterior da escola, que não tem recursos financeiros e humanos para resolver a dimensão dos trabalhos necessários. Da conversa que se seguiu à visita, na qual o Sr. Presidente da Câmara abordou a temática e a posição da autarquia, relativamente à descentralização de competências na área da Educação, destaca que para alguns compromissos estabelecidos entre a escola e a autarquia, nomeadamente a intervenção da Câmara Municipal para a resolução de algumas questões de limpeza do espaço exterior recolha de restos de verdes e desbaste de algumas árvores, assim como a execução e colocação de um corrimão na entrada do edifício principal. Destaca igualmente o compromisso de ambas as partes de continuar a colaborar e trabalhar, no âmbito de diferentes projetos socioeducativos, nomeadamente no “Eu Conquisto o meu Sucesso”, Programa de Combate ao Insucesso Escolar de Palmela, do qual a diretora da escola

faz uma avaliação extremamente positiva e onde participa nas áreas do desporto e património, alargando a sua intervenção, este ano letivo, à área da parentalidade e em projetos de defesa do ambiente. Por fim, uma informação do Sr. Presidente à escola, do ponto de situação das negociações entre o executivo municipal e a Secretaria de Estado da Educação, para construção do pavilhão desportivo da escola, que até junho aguardou-se uma resposta formal relativamente à assinatura de protocolo entre as partes, que por sua vez estava dependente da publicação de portaria de extensão de encargos, o que não chegou a acontecer. Contudo, o Ministério da Educação continua a afirmar o seu compromisso, porém, verbalmente.

### **Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores**

• **Avenida Alberto Valente, trânsito condicionado** – O Sr. Vereador Raul Cristovão refere que quando se iniciam as atividades letivas, cada vez mais, existe uma maior preocupação nos pais, alunos e também de todos os trabalhadores que utilizam o transporte público das 8 horas da manhã vindo de Lisboa para Palmela, com passagem pelo Pinhal Novo, que chega pelas 8h20m à rotunda junto ao continente, na Volta da Pedra e depois, demora cerca de 20 a 25 minutos por vezes a chegar a Palmela, que faz com que os trabalhadores e alunos cheguem frequentemente atrasados. Refere que não é uma área de intervenção da autarquia, mas ainda assim alerta para esta questão porque é um assunto que tem sido abordado aqui, varias vezes, em reunião de Câmara e o problema incide, sobretudo na viragem para a estrada das Serralheiras, um grande congestionamento de trânsito de pais que levam os seus filhos ao colégio S. Peters School, porque, fora do período letivo, apesar de haver algumas complicações, não se regista aquela intensidade de tráfego. Portanto, a verdade é que aquele autocarro demora mais tempo e é muito difícil para os trabalhadores dos diferentes serviços, inclusivamente da autarquia e para os alunos mais novos que vão para o ciclo e para a Escola Secundária de Palmela. Considera que a autarquia em conjunto com a Infraestruturas de Portugal, deveriam criar para ali uma solução, porque atualmente a Avenida Alberto Valente tem duas rotundas, em cada ponta, e se calhar, seria de considerar como solução a colocação de um traço contínuo entre ambas as rotundas, até porque não implica uma grande distância entre as mesmas e poderá constituir uma solução rápida, quase sem custos e se nalguns pontos for necessário, criar a possibilidade de colocar uma divisória para não dar azo a infrações. De facto, antes que aconteçam ali situações mais complicadas e para que estas pessoas que são constantemente e diariamente prejudicadas, que circula num autocarro que trazia meia dúzia de pessoas e que agora vem relativamente composto, fruto da questão dos novos passes que aumentou a procura deste meio de circulação e, portanto, são cada vez mais pessoas que saem prejudicadas com aquela questão e que a autarquia pode dar alguma atenção a este problema e exigir à Infraestruturas de Portugal uma solução rápida e, esta do traço contínuo parece ser uma solução rápida e barata.

• **Auxiliares de Ação Educativa nas escolas do concelho – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** solicita ao Sr. Vereador Adilo Costa, um panorama sobre o início do ano letivo, nomeadamente sobre a questão dos auxiliares de ação educativa e pessoal não docente das escolas do concelho, situação que, muitas vezes, dificulta a abertura do ano letivo.

• **“Eu Participo” – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que relativamente ao “Eu Participo”, o Sr. Presidente deu nota das sessões que já foram realizadas no Poceirão e em Palmela, no entanto, teve notícia que as sessões tiveram muito pouca participação, cerca de meia dúzia de pessoas em cada uma das sessões, facto que lhe parece ser muito pouco para aquilo que se pretende. Portanto, questiona se não houve uma divulgação atempada e adequada ou se efetivamente, as pessoas já pouco acreditam naquilo que a autarquia pode fazer por elas e, já acham que participar é redundante, porque não vão alterar. Por isso gostaria de perceber que análise faz desta parca participação em duas freguesias do concelho.

**Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, são dadas as seguintes respostas:**

. Pavilhão Desportivo na Escola Secundária de Palmela – O **Sr. Presidente** refere que desde 2015 que a autarquia tem tido propostas muito concretas de estabelecimento de um protocolo, de uma parceria para a construção do equipamento, salvaguardando que o investimento do município deve possibilitar a gestão e a utilização por parte do associativismo e da comunidade. As negociações sempre decorreram de uma forma positiva e até estavam com muita expectativa que este ano fosse possível celebrar o protocolo, tendo sido colocada verba em orçamento já para 2 anos, considerando o compromisso que ainda não foi formalizado e aguardaram até final de julho, aliás, até admitiu interromper o seu período de férias, para assinar o protocolo, pela publicação da Portaria de extensão de encargos por parte do Secretário de Estado que tem a tutela desta pasta. Porém, não havendo a Portaria de extensão de encargos, a Secretaria de Estado, apesar de dizer que está de acordo com a proposta de protocolo da autarquia, acabou por não assinar. Ainda este ano, fizeram chegar aos interlocutores, uma outra proposta com a necessidade de se rever o valor, porque em 2015 apresentaram um modelo de pavilhão com custos de 2015 e, depois de ter sido feito o levantamento topográfico e de alguns estudos prévios antes de encomendar projeto, verificaram que atualmente os valores são outros que aqueles que inicialmente foram acordados. Até à data apenas têm respostas verbais de que há toda a disponibilidade para rever o valor, mas com ou sem revisão do valor, a assinatura não aconteceu por falta da Portaria de extensão de encargos e não é crível que venha a acontecer, dado o período eleitoral. Portanto, reitera que o município continua muito empenhado e foi à Escola Secundária dar nota deste ponto de situação, apresentou o caderno de encargos em termos do que se

pretende ali fazer e comprometeram-se com a escola também em mostrar o estudo prévio quando estiver concluído, antes de se avançar para adjudicação do projeto, porque querem que a comunidade escolar, em particular, que os docentes da área possam dar a sua opinião sobre o projeto. A autarquia irá procurar avançar com os trabalhos que ainda falta fazer, mesmo antes da celebração do protocolo, e está confiante que tem de haver um compromisso de estado, para com Palmela que já deveria ter um pavilhão feito e assegurado pela Administração Central há dezenas de anos, até porque estas negociações não podem ser interrompidas, como aconteceu no passado, com a mudança de governos, em que houve negociações que chegaram a bom porto por via da postura do município, nomeadamente com a construção do Centro de Saúde e da Ribeira da Salgueirinha que ultrapassou mandatos de qualquer Governo e foi em frente, porque o município tinha trabalho feito e tinha o seu projeto de trabalho de tal maneira fundamentado que foi possível chegar a essa contratualização dos cofinanciamentos.

. Av. Alberto Valente, trânsito condicionado – O **Sr. Presidente** refere que sobre a viragem para o colégio São Peters, na entrada da Estrada das Serralheiras, está inteiramente de acordo com o Sr. Vereador Raul Cristovão e acrescenta que o município já fez chegar essa proposta, primeiramente, há 2 anos, apresentada por um munícipe e, no final do ano passado, numa reunião com o Conselho de Administração das Infraestruturas de Portugal, a par de outras matérias que dizem respeito a outros pontos do concelho, nomeadamente as passagens desniveladas do Poceirão, contudo já passaram cerca de nove meses e ainda não houve ali qualquer intervenção, aliás, responderam há poucos meses que estava no Plano Nacional de Investimentos um estudo de um ponto negro, entre a rotunda do Continente e a entrada de Aires, junto à casa dos cantoneiros e nesse Plano Nacional de investimentos até menciona a eventualidade de vir a haver um alargamento da via, que lhe parece impraticável acontecer ali. Refere ainda que falta uma variante, uma circular e que fazia falta também negociar com a Brisa, até haver outra solução, deixar as pessoas circularem sem ter de pagar a portagem, o que também era uma resposta rápida. Agora, a execução da obra, quando respondem que estão a pensar fazer um estudo para ali porque está sinalizado como um ponto negro, ou seja, para criar ali qualquer coisa que lhe parecer ser inexecutável para aquela zona. Enfim, a autarquia vai insistir, até porque tem um contacto mais direto, se calhar, ainda mesmo esta semana e até já tinham falado desta questão antes do ano letivo começar e, dá nota que estão a implementar uma alteração de sentidos de trânsito no interior do loteamento, não vai dizer o nome por causa da publicidade, mas é o loteamento onde está onde está o Colégio e foi visto inclusivamente, com o colégio, porque a forma de entrada em circulação do loteamento, também permite escoar mais rapidamente o trânsito à entrada. Em relação à viragem, de facto, provoca ali maiores constrangimentos e vão insistir até porque subscrevem a ideia. Portanto, a próxima proposta que vão fazer é que se autorizarem, a autarquia irá ela mesma fazer, porque não se pode fazer nada sem a autorização das Infraestruturas de Portugal. Recorda que ainda

durante o verão, na estrada dos Espanhóis e entrada da EN-5, depois de ter sido pedido às Infraestruturas de Portugal, que na sequência do corte de uns pinheiros enormes que estavam em risco de queda que foram abatidos, retirasse os troncos, porque quem entroncava na via, não tinha visibilidade e é uma zona de acidentes, responderam que não tinham maquinaria, deram autorização à autarquia para fazer e na altura em que a autarquia estava a fazer esse trabalho, apareceu um fiscal, que desconhecia o assunto, foi por um triz que não levantou um auto, enfim, é a questão dos inúmeros institutos e organismos que existem, que também se queixam que nos últimos dez anos saiu muita gente e não têm técnicos para acompanhar todos os assuntos.

. Auxiliares de Ação Educativa nas escolas do concelho – O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador Adilo Costa é capaz de ter alguns dados, e acrescenta que da parte do município, está toda a gente colocada, contrataram e até existe uma bolsa para, se durante o ano letivo houver alguma saída de alguém, poder repor. No entanto, volta a referir que é competência do município a colocação de auxiliares no pré-escolar, e no 1º ciclo e nos restantes níveis de ensino, é competência da Administração Central.

O **Sr. Vereador Adilo Costa**, sobre a questão das Auxiliares de Ação Educativa nas escolas do concelho, refere que, felizmente, o município preparou-se atempadamente, mas ainda assim, notou-se um problema em relação à nova legislação sobre a integração de alunos autistas, que obriga também ao ministério, fazer um esforço suplementar e está a gerar alguma dissonância, contrariamente ao que foi referido numa reunião de preparação do início do ano letivo, decisão do Ministério da Educação para criar condições, para que estes alunos tenham um apoio especial, porque necessitam de uma atenção muito especial, portanto, quer as escolas, quer o município, têm feito pressão nesse sentido, no que diz respeito ao ministério, mas em relação à autarquia a situação está a decorrer com normalidade, tanto no apoio em sala de aula, como no apoio nas refeições. Refere uma outra situação que o município tem estado a acompanhar, ou seja, de alunos que foram colocados fora da sua área de residência, alguns por iniciativa dos pais e outra, talvez por pressão da própria escola por dificuldades em fazer essa alteração, portanto, houve reuniões de preparação do ano letivo com os agrupamentos de escolas, em que atempadamente debateram isto porque, logo depois do início do ano letivo aparecem sempre mais alunos e é necessário ter bolsas para estas situações que vão aparecendo, sobretudo, para tentar manter essas crianças na freguesia onde residem.

O **Sr. Presidente** refere que no início do ano letivo tiveram a oportunidade de fazer um briefing e procurar perceber o que se estava a passar no concelho e com muita normalidade mesmo naquelas questões que, quando se falava há muitos anos, mesmo em outros níveis de ensino que não estão relacionados com a autarquia, verificou-se que não houve nenhuma



situação de maior gravidade, mas há sempre pequenas afinações a fazer e estes aspetos de algumas matrículas de última da hora, de crianças de fora da área de residência, que por causa disso, podem não ter direito ao transporte escolar, também se verificou alguns desacertos dos horários do transporte escolar, face aos horários diferentes de vários estabelecimentos. Portanto, o município tem conhecimento dessas situações e está a procurar responder às várias solicitações, contudo, estão contentes por perceber que as crianças estão felizes e que as famílias percebem que encontram nas escolas do concelho, bons profissionais e boas condições e que as situações estão a correr com normalidade.

O **Sr. Vereador José Calado** agradece ao Sr. Vereador Adilo Costa por ter a disponibilidade de ter conversado no período antes da reunião de câmara, porque se consegue resolver algum problema, sem trazer aqui à reunião de Câmara, nomeadamente quando se tratam de pequenos ajustes e que se podem esclarecer, pelo que reitera o agradecimento referente à disponibilidade do Sr. Vereador Adilo Costa, que imediatamente tentou resolver.

O **Sr. Presidente** refere que também teve uma conversa com encarregados de educação sobre a questão dos transportes escolares, porque em concelhos que têm uma grande rede de transportes, as crianças já andam sozinhas nos transportes públicos há muitos anos. Aqui, algumas crianças, quando mudam de ciclo de ensino, antigamente estavam habituadas a andar num autocarro de circuito específico para o transporte escolar, alguns até com idade de ter acompanhantes, mudam para o 2º ciclo e passam a ter de apanhar uma carreira regular e uma carreira transporte público regular, é natural que surja alguma confusão, mas ainda assim, a autarquia está, junto dos operadores de transporte, a afinar essas questões.

. "Eu Participo" – O **Sr. Presidente** refere que em relação às sessões decorridas do "Eu Participo", de facto a sessão em Palmela começou com pouca gente, se calhar por causa do jogo do Benfica, mas terminou com uma participação regular, dentro daquilo que é normal na sede da Freguesia, porque quando fazem sessões descentralizadas têm sempre uma sala cheia. Em Poceirão, efetivamente surpreendeu pela negativa, até porque em todas as sessões realizadas no Poceirão, nos últimos anos, têm tido sala cheia, ao ponto de ser necessário arranjar mais cadeiras, mas talvez por terem iniciado a semana no Poceirão, com mudanças de data, mas não houve falta de informação, quer nos anúncios, quer notas de imprensa, quer na distribuição de flyers, mas ainda assim, a participação continua a bater records. Aliás, este ano, em abril, entraram cerca de 560 inquéritos com propostas, mas as contas fazem-se no fim. No ano passado, a votação pela 1ª vez, atingiu cerca de 1300 votos, nas propostas, e este ano ainda estão a ser contabilizados e se o Sr. Vereador Paulo Ribeiro quiser ler as questões ao contrário, também pode facultar é esta possibilidade de leitura, porque também comentam que

alguns grupos de pressão, depois de ter as propostas concluídas e executadas, deixam de aparecer no "Eu Participo" e isso também pode ser um sinal que, de facto, é importante para credibilizar este processo. É um processo, cujo investimento entre 2015 e 2016 foi de 440.000€, com propostas em concretização e outras já concretizadas, em 2018 e 2019 atingiu 1.100.000€ de investimento, que credibiliza o processo e significa que as pessoas estão satisfeitas, aliás, na última reunião tiveram aqui uma pessoa muito satisfeita, certamente, se calhar já não precisa de ir a reunião do "Eu Participo" na sua freguesia, porque sabe que o concurso está lançado, enfim, mas mesmo assim, querem que as pessoas apareçam e insistem, e não é por falta de divulgação, porque até nas suas plataformas digitais incentiva aquelas pessoas que fazem algumas críticas a aparecer nestas sessões, para falarem publicamente dos problemas e das soluções. Portanto, o processo está de boa saúde e acrescenta que é muito mais positivo do que outros processos que acontecem no país, em que praticamente não há assembleias, há apenas votações e este processo do "Eu Participo" é diferente, é um processo, sobretudo de discussão cara-a-cara, com cada um dos munícipes, sobre propostas e sobre as prioridades e, como tal, também apela para os/as senhores/as possam aparecer nas reuniões, para perceberem melhor o que lá é discutido.

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.**

### **GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO**

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 1 – Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal, estabelecimento de Medidas Preventivas e Alteração à Delimitação da Reserva Ecológica Nacional na Zona Industrial de Carrascas, Freguesia de Palmela. PROPOSTA N.º GPE 01\_19-19:**

#### **«A. ENQUADRAMENTO GERAL:**

Tendo o Plano Diretor Municipal de Palmela (PDMP), aprovado em 1997, o objetivo de criar um Parque Industrial em Carrascas, onde já existiam algumas empresas, nomeadamente a *Refrigue - Confeções para o Frio Lda.*, *AQ-Química Industrial Lda.*, *Tecnitron-Energia e telecomunicações, SA*, *Lear Corporation Portugal*, *Ford Eletrónica* (atualmente *Visteon Portuguesa Lda.*), foi então delimitado um Espaço Industrial, o qual integrasse todas estas empresas, possibilitando por um lado o seu crescimento e por outro a implantação de novos estabelecimentos que o reforçassem. Nesse sentido, e havendo alguns processos de

licenciamento em curso aquando da elaboração do PDMP, pretendeu-se delimitar essa área como Espaço Industrial tendo em consideração essas preexistências. Não obstante, os meios disponíveis na época não permitiram obter o desejável rigor na delimitação deste Espaço Industrial e consequentemente do Espaço Natural afeto à Reserva Ecológica Nacional (REN) que lhe é confinante a sul e a poente, detetando-se presentemente que existem pequenos desfasamentos de natureza cartográfica quer na Planta de Ordenamento quer na exclusão da Reserva Ecológica Nacional que então ocorreu para viabilizar o referido Espaço Industrial, especificamente na área da empresa *Ford Eletrónica*, ficando uma pequena parte das instalações, nomeadamente a área de estacionamento localizada a sul da fábrica para além do limite do Espaço Industrial.

Considerados estes factos e porque a figura de "Correção Material" estabelecida e prevista no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) não foi considerada adequada segundo entendimento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) obtido no contexto da operação urbanística apresentada pela empresa *Hanon Systems SA*, pretende-se, também de acordo com orientação e aconselhamento veiculado pela CCDRLVT, proceder à Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Palmela, estabelecendo-se Medidas Preventivas para uma área de 2,9 hectares, localizada na Zona Industrial de Carrascas, na freguesia de Palmela, tendo em vista a viabilização de ampliação de edifício e instalações técnicas existentes da empresa *Hanon Systems SA*, com um propósito específico de construção de um laboratório de Investigação e Desenvolvimento (I&D).

De acordo com os dados obtidos a *Hanon Systems SA*, integra atualmente um grupo de capitais Sul-Coreanos, posicionando-se na vanguarda de soluções inovadoras de gestão térmica e energética, apresentando neste contexto uma abrangência internacional, possuindo cerca de 40 instalações fabris e mais de 16.500 funcionários, distribuídos pela Ásia, Europa e América. A notoriedade global e a excelência dos sistemas desenvolvidos pelo Grupo têm sido possíveis, decorrente dos investimentos sucessivos em I&D e na inovação tecnológica, nomeadamente ao nível do compressor, componente central dos sistemas de ar condicionado (AC). A Empresa está presentemente instalada no Município de Palmela e tendo por objeto social o desenvolvimento e produção de equipamentos para sistemas de AC automóvel. A estratégia de desenvolvimento delineada pela empresa permitiu alcançar em 2017 um volume de negócios de 119 milhões de euros, envolvendo aproximadamente 450 colaboradores e um ativo de 80 milhões de euros.

Neste contexto, cumpre destacar a importância estratégica do investimento do Grupo em I&D, salientando-se, a este respeito, que a *Hanon Systems SA* detém um centro de I&D responsável pela criação de novas aplicações, prototipagem e transformação de novos conceitos em compressores passíveis de serem aplicados em automóveis, estando portanto previsto, no atual contexto de ação do grupo, a criação em Portugal de um laboratório de I&D. A sua criação nas atuais instalações da empresa localizadas no Município de Palmela considera-se ser de relevante interesse traduzindo-se num aumento e potenciação da atividade económica já existente,

criando ainda novos postos de trabalho e contribuindo para fomentar o desenvolvimento local e a dinamização do setor empresarial.

Tendo em consideração a proposta deste novo investimento, a *Hanon Systems SA* obteve a atribuição de estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN) deliberado em reunião realizada em 3 de junho de 2019 pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) da AICEP Portugal Global, apresentado um investimento previsto de 48 milhões de euros e estimando a criação de 50 novos postos de trabalho diretos.

## **B. ENQUADRAMENTO PROCEDIMENTAL:**

Para o efeito, e tendo em consideração os diversos contactos e diligências desenvolvidos junto CCDRLVT, concluiu-se ser a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Palmela (PDMP) o procedimento que melhor se adequa ao cumprimento dos objetivos em causa, nos termos do n.º 4 do art.º 115º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na redação conferida pelo Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio.

A presente suspensão parcial do PDMP incide, concretamente, nas disposições contidas nos artigos 22.º (Espaços Naturais) e 32.º (Lugares de Estacionamento por Tipo de Uso) do Regulamento do PDMP em vigor, sendo que esta área nunca foi anteriormente objeto de medidas preventivas ou normas provisórias, encontrando-se salvaguardado o limite temporal imposto estabelecido no n.º 5 do artigo 141.º do RJIGT, ficando consequentemente, sujeita a medidas preventivas no que reporta à área identificada nas plantas 1 e 2, em anexo à presente proposta.

A suspensão tem como objetivo a modificação do regime de uso de solo aplicável ao estatuto de uso e ocupação do solo nos Espaços Naturais do PDMP em vigor, circunscrevendo a sua aplicação à área identificada, estando esta também em consonância com a proposta de revisão do PDMP, cumprindo o disposto no n.º 7 do artigo 126.º do RJIGT.

Propõe-se que a presente suspensão parcial vigore por um período de dois anos, a contar da data da sua publicação em Diário da República, prorrogável nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 141.º do RJIGT. As medidas preventivas deixam de vigorar nos casos previstos no n.º 3 do mesmo artigo, tendo a seguinte redação:

### *Artigo 1.º - Objetivo*

*O estabelecimento das medidas preventivas decorre da suspensão dos artigos 22.º (Espaços Naturais) e 32º (Lugares de Estacionamento por Tipo de Uso) do Regulamento do PDMP e destina-se a disciplinar as edificações a erigir no território no período de vigência da suspensão, o seu âmbito territorial e temporal.*

*Artigo 2.º - Âmbito territorial*

*As medidas preventivas aplicam-se à área a suspender no PDMP, com 2,9 hectares, localizada na Zona Industrial de Carrascas, freguesia de Palmela, identificada nas plantas em anexo (planta de localização à escala 1:25 000 e planta de ordenamento à escala 1:25 000).*

*Artigo 3.º - Âmbito temporal*

*1 - As medidas preventivas vigoram durante o prazo de dois anos, a contar da data da sua publicação no Diário da República, prorrogável nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 141.º do RJIGT.*

*2 - As medidas preventivas deixam de vigorar nos casos legalmente previstos no n.º 3 do artigo 141.º do RJIGT.*

*3 - Não há registo da área identificada ter sido abrangida por outras medidas preventivas ou normas provisórias anteriores, não ocorrendo violação do limite temporal fixado no n.º 5 do artigo 141.º do RJIT.*

*Artigo 4.º - Âmbito material*

*Na área objeto das medidas preventivas ficam proibidas operações urbanísticas que:*

- a) Não estejam relacionadas com atividades económicas;*
- b) Coloquem em causa a futura estruturação urbanística da área no âmbito da revisão do PDMP em curso;*
- c) Não respeitem nem se enquadrem nas servidões e restrições de utilidade pública vigentes;*
- d) Excedam os seguintes parâmetros urbanísticos:*
  - i. Índice de utilização máximo - 0,50;*
  - ii. Altura máxima da fachada - 9 metros.*
- e) Não apresentem estudo específico que justifique de forma fundamentada nomeadamente, a acessibilidade ao local, a capacidade de estacionamento na unidade predial e zona envolvente e ainda o funcionamento das operações de carga e descarga, bem como a área de estacionamento correspondente.*

Em complemento à suspensão parcial do PDMP, propõe-se para a mesma área, uma alteração à Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), incidindo em solos atualmente afetos à tipologia de *Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga do Aquífero (AEPPRA)*, sendo que parte desta já se encontra edificada e impermeabilizada a coberto da licença de utilização n.º 249/02 (Proc.º I-8/95) emitida pela Câmara Municipal de Palmela.

A instrução desta proposta de alteração à Delimitação da REN segue os requisitos da norma de procedimentos elaborada pela CCDRLVT e integra os seguintes elementos:

- Memória Descritiva e Justificativa;
- Planta 1a - Extrato da Carta da REN em vigor com identificação da parcela e área a alterar;
- Planta 1b - Projeto que fundamenta a proposta de alteração da REN;
- Planta 1c – Extrato da Carta da REN com identificação da área a excluir.

### **C. PROPOSTA:**

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, a suspensão parcial do PDM de Palmela, numa área de 2,9 hectares identificada no extrato da Planta de Ordenamento (anexa à presente proposta) e o estabelecimento das medidas preventivas nos termos desta proposta;
2. Proceder ao envio da presente proposta à CCDRLVT, para emissão de parecer, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 126.º do RJIGT;
3. Submeter a proposta à aprovação da Assembleia Municipal, após parecer favorável da CCDRLVT.
4. No âmbito do Regime Jurídico da REN, nos termos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28 de agosto, proceder à alteração da Delimitação da REN do Município de Palmela, nos moldes da presente proposta com os elementos que dela fazem parte integrante, remetendo-se a mesma subsequentemente à CCDRLVT para aprovação, publicação e depósito.»

### **Sobre a proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal, estabelecimento de Medidas Preventivas e Alteração à Delimitação da Reserva Ecológica Nacional na Zona Industrial de Carrascas, Freguesia de Palmela, numerada GPE 01\_19-19, intervêm:**

O **Sr. Presidente** esclarece que o PDM data de 1997 e tinha como objetivo criar um Parque Industrial em Carrascas, onde já existiam algumas empresas e foi delimitado um espaço industrial que integrasse todas essas empresas, porque instalaram-se em terrenos que não estavam preparados para o efeito antes mesmo do PDM de 97 ter sido aprovado, possibilitando por um lado, o seu crescimento e, por outro, a implantação de novos estabelecimentos que o reforçassem, aliás, esteve em elaboração um Plano de Pormenor para a zona, que começou por ser muito expansivo e depois acabou por ter de ser mais contido, incluindo até protocolos com uma Associação das Indústrias lá instaladas para o financiamento desse plano que nunca chegaram a cumprir aquilo que contratualizaram com o município. O município prosseguiu esses estudos que estão integrados na atual proposta de revisão do PDM e tem procurado captar para aquele local empresas, procurado reabilitar aquele espaço para atrair mais

investimento. Nesse sentido e havendo alguns processos de licenciamento em curso, quando se estava a elaborar o PDM, pretendeu-se limitar essa área como espaço industrial, considerando essas pré-existências, não obstante os meios disponíveis na época não permitiram obter o desejável rigor na delimitação deste espaço industrial e consequentemente do espaço natural afeto à Reserva Ecológica Nacional (REN) que lhe é confinante a Sul e a poente, detetando-se presentemente que existem pequenos desfasamentos de natureza cartográfica, quer na Planta de Ordenamento, quer na exclusão da REN que então ocorreu para viabilizar o referido espaço industrial, especificamente na área da empresa "Ford Eletrónica", ficando uma pequena parte das instalações, nomeadamente a área de estacionamento localizada a sul da fábrica, para além do limite do espaço industrial. Esta empresa, que por sua vez, deu origem à "Visteon" e depois deu origem à "Hanon Systems SA", que atualmente é uma empresa totalmente autónoma da "Visteon", no entanto, quando foi construído o acesso, era comum, aliás ainda hoje o acesso é comum, apesar do projeto já prever um acesso alternativo e todas estas questões, depois da separação da empresa e das necessidades de regularização de algumas situações que apontam para a necessidade desta proposta e, sobretudo, porque está em causa um investimento importante para o país, pois não é por acaso que está a ser considerado projeto de interesse nacional. Portanto, considerando estes factos e porque a figura da correção material estabelecida e prevista no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial não foi considerada adequada, segundo o entendimento da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), o município propôs que fosse feita esta figura de correção material, tendo sido apresentada pela empresa "Hanon Systems SA" uma operação urbanística e na sequência destas necessidades do novo investimento da empresa, entende-se poder proceder à Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Palmela, estabelecendo-se medidas preventivas para uma área de 2,9 hectares localizada na Zona Industrial de Carrascas, freguesia de Palmela, tendo em vista a viabilização de ampliação de edifício e instalações técnicas existentes da empresa, com o propósito específico de construção de um laboratório de investigação e desenvolvimento.

De acordo com os dados obtidos, a "Hanon Systems SA", integra atualmente um grupo de capitais Sul-Coreanos, posicionando-se na vanguarda de soluções inovadoras de gestão térmica e energética, apresentando neste contexto uma abrangência internacional, possuindo cerca de 40 instalações fabris e mais de 16.500 funcionários, distribuídos pela Ásia, Europa e América. A notoriedade global e a excelência dos sistemas desenvolvidos pelo Grupo têm sido possíveis, decorrente dos investimentos sucessivos em I&D e na inovação tecnológica, nomeadamente ao nível do compressor, componente central dos sistemas de ar condicionado (AC). A Empresa está presentemente instalada no Município de Palmela e tendo por objeto social o desenvolvimento e produção de equipamentos para sistemas de AC automóvel. A estratégia de desenvolvimento delineada pela empresa permitiu alcançar em 2017 um volume de negócios de 119 milhões de euros, envolvendo aproximadamente 450 colaboradores e um ativo de 80 milhões de euros.

Neste contexto, destaca a importância estratégica do investimento do Grupo em I&D, salientando-se, a este respeito, que a *Hanon Systems SA* detém um centro de I&D responsável pela criação de novas aplicações, prototipagem e transformação de novos conceitos em compressores passíveis de serem aplicados em automóveis, estando portanto previsto, no atual contexto de ação do grupo, a criação em Portugal de um laboratório de I&D. A sua criação nas atuais instalações da empresa localizadas no Município de Palmela considera-se ser de relevante interesse traduzindo-se num aumento e potenciação da atividade económica já existente, criando ainda, novos postos de trabalho e contribuindo para fomentar o desenvolvimento local e a dinamização do setor empresarial. Tendo em consideração a proposta deste novo investimento, a *Hanon Systems SA* obteve a atribuição de estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN) deliberado em reunião realizada em 3 de junho de 2019 pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) da AICEP Portugal Global, apresentado um investimento previsto de 48 milhões de euros e estimando a criação de 50 novos postos de trabalho diretos.

Em termos de enquadramento procedimental, o município em diversos contactos e diligências com a CCDR-LVT, entendeu que o melhor procedimento que se adequa ao cumprimento dos objetivos em causa é a Suspensão Parcial do PDM de Palmela e também uma alteração à delimitação da REN. Portanto, propõe-se que a presente suspensão vigore por um período de 2 anos, a contar da data da sua publicação. Posteriormente à revisão do PDM que irá resolver esta questão e outras, as medidas preventivas que suspendem o artigo 22º no que diz respeito a espaços naturais por causa da REN e aos lugares de estacionamento por tipo de uso, que estão no regulamento do PDM, permite disciplinar ali as edificações a erigir naquele território no período da vigência da suspensão.

Em complemento desta Suspensão Parcial do PDM, propõe-se que na mesma área uma alteração à delimitação da REN, incidindo em solos atualmente afetos à tipologia de áreas estratégicas de proteção e recarga do aquífero, no âmbito do estudo que foi feito para o PDM esta zona está numa área de recarga, mas, em bom rigor, esta área já está ocupada, porque é uma pretensão anterior do atual PDM e da REN, esta última que data de 1996. Ao incorporar estes novos normativos, surge a necessidade de alteração da delimitação da REN, a par da Suspensão Parcial do PDM.

Face ao proposto e considerando os mapas que estão presentes na proposta e o aconselhamento que a CCDR fez, para que o investimento possa prosseguir sem ferir qualquer normativo legal e em particular, os instrumentos de gestão territorial, propõe-se que se delibere a Suspensão Parcial do PDM, nesta área de 2,9h e as medidas preventivas, proceder ao envio da proposta à CCDR porque é esta Entidade que dá Parecer e depois, se o parecer for favorável, apresentar e submeter à deliberação da Assembleia Municipal, que é quem tem legitimidade para questões desta natureza.



**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

O **Sr. Vereador José Calado** refere que em relação a esta matéria de elevados investimentos no concelho, naturalmente, o MIM estará sempre disponível para acompanhar estes processos e votar favoravelmente, sempre que possível nessas situações. Contudo, há pouco tinha em mente apresentar uma questão e depois esqueceu-se, mas, agora com esta proposta, recordou-se chama a atenção sobre aquela bomba de gasolina que está a ser construída nos terrenos do Senhor Amaro, junto ao Pinhal Novo e em tempos viu que aquele terreno era H3, construção de edifícios de três andares ou de grande densidade de construção, e parece que aquilo tem 7 ou 8 artigos, e todos contemplavam essa situação e, quando viu a construção daquela bomba de gasolina, e por conhecer alguma matéria sobre essa área, considera que essas matérias perigosas que se pretende instalar ali, naquele sítio, não será o sítio adequado e que nem estará justificado no Plano Diretor Municipal. Portanto, não lhe parece que vá condicionar o desenvolvimento daquela zona ao colocar ali uma bomba de gasolina, e também mesmo que esteja errado aqui nalguma matéria, pede desculpa por isso, mas, no fundo, pensa que aquela zona de H3 não permite a construção daquela bomba de gasolina, porque em matérias perigosas, naquelas áreas, normalmente não é permitido, e é permitido em áreas de agroflorestal categoria 2 ou categoria 1, porque têm espaços em volta para delimitar essas zonas. Por isso questiona se aquilo está realmente a 100% ou se há ali alguma coisa que possa por em causa, visto que o licenciamento é do Ministério da Economia e não da Autarquia, embora com parecer favorável da Autarquia, mas parece que nestas matérias é assim que funciona.

O **Sr. Presidente** esclarece que o município sempre defendeu para aquela localização e que recentemente, por uma investida menos feliz sobre a matéria, teve a oportunidade de dizer que esteve em apreciação e aprovação na Câmara Municipal um Retail Park para aquele espaço naquela, que teria a responsabilidade de fazer um conjunto de beneficiações e inserção na EN 252 com uma rotunda de ligação e que também tinham um posto de combustível. Esse projeto esteve em consulta pública e também nessa altura, houve preocupações com a existência de um posto de combustível nessa zona, que é perfeitamente normal, junto das grandes superfícies e fóruns, haver uma sinergia de serviços, prestadores e de comércio nessa matéria e até houve uma Associação Ambientalista que chamou a atenção da proximidade da linha de água da Ribeira da Salgueirinha que, à época, também era responsabilidade do promotor do empreendimento regularizar, uma empresa que detinha capitais irlandeses e que faliu em 2011 ou 2012. A resposta que foi dada pelas Entidades licenciadoras, como é obrigatório para qualquer espaço desta natureza, definir tecnicamente quais os procedimentos. Contudo, ainda assim, pessoalmente lamenta aquilo que está a acontecer ali, mas está tudo licenciado e está de acordo com o PDM. Aproveita e esclarece que os usos e H3, habitação, comércio e serviços

são todos compatíveis e um posto de combustível está na classificação de comércio e serviços, portanto, apesar de lamentar que o dono do terreno esteja a fazer emparcelamento ou destaques para vender aquilo aos pedaços, do ponto de vista da legitimidade, pode fazê-lo e até edificar outras coisas que estão de acordo com as regras do PDM, contudo, não é esse tipo de investimento que gostaria de ver ali, mas não se pode ir por estados de alma. Preferia que um investidor ou um grupo de investidores nacionais ou estrangeiros fizessem ali algo integrado que qualificasse a área, tendo o município até contactado o Grupo Ikea e outros, numa tentativa de atrair um investimento para ali que oferecia um conjunto de serviços e comércio muito qualificado, porque também considera que um posto de combustível assim, avulso, não traz nada de bom em termos da qualificação do espaço, mas sobre a legitimidade do negócio, nada se pode apontar e até acrescenta que está um outro posto de combustível previsto para onde é a “casa dos mármore” junto à rotunda e que essa rotunda vai ser alterada e que o Continente/modelo vai ter uma nova entrada, uma situação que o município está a trabalhar há um ano e meio e que também vai requalificar toda aquela zona e, logo a 200 metros vai haver mais um posto de combustível e depois de lá estar edificada também podem lá colocar um comércio de “fast food”, ou seja, em termos do PDM isso é possível e do cumprimento de todas as normas, se o licenciamento respondeu a todas as questões da portaria, se há até quem se queixe que o Câmara Municipal de Palmela está a ser demasiado exigente está tranquilo. Numa opinião pessoal, preferia que aquela zona não tivesse sido emparcelada, da forma como foi, e não haver ali uma distribuição, um arruamento, uma entrada digna e é isso que causa preocupação, mas do ponto de vista da legalidade do procedimento, está tranquilo, porque os serviços municipais são geralmente muito rigorosos e tem isso tudo devidamente escrutinado.

## **DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

### **PONTO 2 – Capela de São João Baptista (Palmela) – Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato.**

#### **PROPOSTA N.º DCDJ 01\_19-19:**

«A Capela de São João Baptista, sita no Largo de S. João, na vila de Palmela, foi templo do Balio de Leça, isto é da Ordem dos Hospitalários de São João de Jerusalém ou Ordem de Malta, e está classificada como Valor Concelhio pelo Decreto n.º 67/97 de 31 de dezembro, sendo propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria e São Pedro de Palmela, da Diocese de Setúbal.

A iniciativa de construção do edifício foi de Frei Jerónimo de Brito e Melo, que instituiu o templo a 18 de março de 1655, e jaz no seu interior. Após o terramoto de 1755, a Capela substituiu a Igreja de Santa Maria (do Castelo) como sede paroquial.

O monumento possui azulejaria de «tapete» policroma e trabalhos de decoração em brutesco de ouro - datados da segunda metade do século XVII - relevantes no panorama artístico da época, e assume importância estratégica como pólo cultural, pela sua localização na área abrangida pelo Centro Histórico da vila de Palmela.

O uso do imóvel pela comunidade local, pelo município de Palmela, pela Paróquia e pela Diocese, fazendo da Capela de São João Baptista um equipamento cultural aberto ao público, no âmbito de uma rede de espaços visitáveis no concelho de Palmela e na Diocese de Setúbal, que valorize o património histórico-cultural e religioso, e seja veículo de educação patrimonial e de turismo cultural e religioso, quer através de um espaço museológico permanente dedicado à Arte Sacra, quer de exposições, conferências, recitais e artes performativas ou de outros eventos destinados à identificação, estudo, conservação e restauro, valorização e promoção de coleções locais e regionais; constituem razões para que entre o município de Palmela, a Diocese de Setúbal e a referida Fábrica da Igreja Paroquial, se estabeleçam:

1. Um Protocolo de Cooperação destinado a garantir a reabilitação e requalificação da Capela de São João Baptista, nomeadamente através de candidaturas a programas de financiamento comunitário, estadual ou outros, nomeadamente através do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e da inclusão daquela capela no PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Palmela; à promoção de obras de reabilitação e de requalificação; e à execução das demais obrigações que as três partes aceitam mutuamente;
2. Um Contrato de Comodato através do qual a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria e São Pedro de Palmela entrega o monumento ao Município da Palmela, a fim de prosseguir as obrigações que as partes assumem nos termos a contratuarem.

A 7 de setembro de 2016 foi aprovado pela Câmara Municipal de Palmela minutas dos documentos agora apresentados, mas que houve necessidade de reformular, fruto de uma análise mais pormenorizada pelas partes e uma melhor clarificação das situações contempladas.

Assim, ao abrigo dos artigos 23.º, ponto 2, alínea e), e artigo 33.º, ponto 1, alíneas g) e t) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação, em minuta, dos documentos acima identificados e que são anexos e parte integrante da presente proposta – Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato, bem como a revogação da decisão tomada em 7 de setembro de 2016, sobre o mesmo assunto.»

**Sobre a proposta Capela de São João Baptista (Palmela) – Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato, numerada DCDJ 01\_19-19, intervém:**

O **Sr. Presidente** acrescenta este novo protocolo define melhor as obrigações das partes., porque perceberam que o município ganhava pouco com a negociação, na medida em que já fez 2 estudos, um projeto com uma 1ª intervenção de contenção que interessa, sobretudo

garantir que nada cai, mas os estudos que o município fez de uma candidatura inicial estimada em cerca de 250.000€, apontam seguramente para um investimento na ordem dos 450 a 500.000€. Contudo, considerando a importância do imóvel para a centralidade do largo de São João em Palmela, para a sua utilização com uma vertente patrimonial e turística ligada à arte sacra, ao turismo religioso e não só, ficando com 25 anos para utilização municipal, com a candidatura que vão procurar fazer, para a reabilitação urbana dentro do PEDUS de Palmela, considera-se que é um investimento que vai qualificar o espaço e dignificar esse centro da vila.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O **Sr. Presidente** pergunta se há Municípes para intervir neste período.

#### **Sr. Manuel Botas**

Cumprimenta os presentes e refere que é residente na Quinta das Marquesas III e lamenta, porque já mais do que uma vez, fez o pedido ao Sr. Presidente, para fazer umas lombas na Rua 82 e na Rua 68 e não percebe por que razão estas ruas estão partidas em duas, ou seja são ruas em que  $\frac{3}{4}$  pertence à Rua 82 e  $\frac{1}{4}$  pertence à Rua 68. São ruas que precisam de lombas porque têm carros estacionados metade em cima do passeio e outra metade na estrada, porque as estradas não têm limites de velocidade, e depois, na semana passada, quando ia a sair de casa não foi atropelado porque não calhou, passou um carro com uma velocidade louca e teve de se atirar para o chão e precisou de ajuda para se levantar. Portanto, aquilo tem de levar ali umas lombas e sinalização a proibir aquele estacionamento em cima dos passeios, qualquer coisa porque não pode continuar assim.

O **Sr. Presidente** responde ao Sr. Manuel Botas, dizendo que aquele espaço ainda não é municipal, ou seja, não é público e o município está a fazer um esforço muito grande, até do ponto de vista técnico, para fechar o mais brevemente possível, a proposta que irá ser apresentada em reunião de Câmara que enquadra as obras de urbanização que lá têm sido feitas, a respetiva emissão de alvarás e o respetivo pagamento de taxas, que são muito elevadas e que são necessárias e, para isso tem sido feito o diagnóstico do que está feito, do que está por fazer e do que está mal feito, para depois de fazer essa deliberação, sem deixar de emitir o alvará que vai permitir às pessoas da AUGI poderem começar a tratar da divisão da coisa comum e a regularizar as suas edificações, irá permitir também, nessa proposta, condicionar com garantias e com garantias bancárias e outras, a realização de algumas situações que ainda não estão feitas ou que estão mal feitas. Não sabe dizer se depois, nestas ruas vão colocar essas lombas ou não, aliás existem outros pedidos desses para outras ruas,

mesmo em sede do "Eu Participo" houve munícipes que falaram nesse assunto, porque, de facto, existem ali grandes retas. Portanto, o município vai procurar enquadrar este assunto na reunião que os serviços técnicos municipais vão tendo com a Comissão de Administração da AUGI porque os projetos que ainda estão a ser entregues, estão sempre a sofrer alterações e tem de estar tudo de acordo com o que está feito e/ou com o que se pretende vir a fazer, para se emitir o alvará, procurando, naturalmente estar atentos a estas questões que os serviços técnicos municipais também têm algumas observações a fazer relativamente à sinalização de trânsito, ou seja, existem correções a fazer. Porém, sem estar aqui a alimentar alguma expectativa, por muito que se considere que as lombas nem tecnicamente, são a melhor solução e que é principalmente uma questão de cidadania por parte dos condutores, mas é de equacionar essa hipótese, pois, se não for a AUGI a fazer, quando for rececionado pela autarquia, será esta mesma a equacionar essa solução ou uma outra solução que seja dissuasora da velocidade naquela retas enormes e que atravessam aquele futuro loteamento.

"Eu Participo" – O **Sr. Presidente** apela à participação nas sessões do "Eu Participo".

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** intervém, em nome do PS, para desejar os parabéns e as maiores felicidades à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho que, hoje faz anos hoje.

Entretanto, toda a Vereação se associa a este voto de parabéns à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca das dezassete horas e vinte e nove minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

*Álvaro Manuel Balseiro Amaro*

O Diretor do Departamento

*Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*